

OS PERCURSOS DA DESIGUALDADE – A INSERÇÃO DA JUVENTUDE DO SEMI-ÁRIDO NORTE-MINEIRO AO MUNDO DO TRABALHO SUBALTERNO.¹

Michael Hermann Garcia Teixeira²

Resumo: *O presente estudo – parte do diagnóstico social dos municípios que integram o Vale do Gortuba, situado na região norte semi-árido do Estado de MG, realizado por um dos núcleos de estudos do Observatório Social da Faculdade Vale do Gortuba – objetivou levantar o nível de conhecimento da juventude gortubana a respeito de sua (re)inserção de modo precário e informal no mercado de trabalho local, fazendo uma ponte com a realidade a nível nacional-global, bem como com os programas e políticas sociais locais voltados para esse objetivo e seus possíveis encadeamentos com o campo socioeconômico regional. O tema desenvolveu-se no eixo Trabalho x Exclusão x Identidade presente no cotidiano dos jovens, especificamente na conurbação interiorana situada no vale do rio Gortuba, constituído pelos dois municípios, Janaúba e Nova Porteirinha, com um contingente populacional de 80 mil habitantes. Nesse registro perseguem-se as trajetórias da população juvenil (entre 15 a 24 anos) que frequenta as portas de entrada dos programas locais que os atendem, principalmente aqueles que têm como principal fundamento o seu ingresso ao primeiro emprego – não esquecendo também de sua inserção ao mercado informal e precário, bem como quando estão inseridos nas ocupações denominadas como “mal-definidas” (inserção no tráfico de drogas ou crime organizado). Entre as situações presentes de emprego x desemprego, poder-se-á observar a presença invisível de uma certa astúcia que, modelando os acasos da existência, derivar-se-á no desenho de novas formas de vida e convivência em que esta juventude está inserida nesse recorte desigual do meio societário local presente na região norte-mineira.*

Palavras-chave: Juventude; Políticas locais; Emprego; Trabalho subalterno.

INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

O desenvolvimento deste tema ganha significado em referência ao eixo Trabalho x Exclusão³ x Identidade da juventude do semi-árido norte mineiro, especificamente na conurbação interiorana situada no Vale do rio Gortuba, constituído pelos dois municípios – Janaúba e Nova Porteirinha, com um contingente populacional de 80 mil habitantes. Nesse registro perseguem-se as trajetórias da população juvenil (entre 15 a 24 anos) que frequenta as portas de entrada dos programas locais que os atendem, principalmente aqueles que têm como principal fundamento o seu ingresso ao primeiro emprego – não esquecendo também de sua

¹ O presente trabalho foi parte do projeto “*Diagnóstico social do Vale do Gortuba*”, onde o objetivo central é fazer um mapeamento não só dos níveis de exclusão social, que ocorrem com os segmentos sociais dos municípios que integram a região, bem como de toda sua rede sócio-assistencial. O autor era um dos coordenadores do projeto e docente, vinculado ao Observatório de Políticas Sociais, campo de pesquisa e estágio supervisionado do curso de Serviço Social da Faculdade Vale do Gortuba – FAVAG.

² Assistente Social (UFJF), Especialista em Violência Doméstica (PUC-Rio de Janeiro) e Pesquisador Associado do Núcleo de Estudo sobre o Trabalho da Pós Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSAl).

³ Tal termo ainda está em debate e em formação conceitual. A juventude é excluída de fato, ou ela só está inserida em um corte desigual da sociedade? Mas, ela não é excluída, pois mesmo precariamente tal segmento dá a sua contribuição no *modus operandi* capitalista. Nas ciências sociais, o debate ainda está em aberto.

inserção ao mercado informal e precário, bem como quando estão inseridos nas ocupações denominadas como “mal-definidas” (inserção no tráfico de drogas ou crime organizado). Entende-se que, entre as situações de emprego x desemprego, poder-se-á observar a presença invisível de uma certa astúcia que, modelando os acasos da existência, derivar-se-á no desenho de novas formas de vida e convivência. Ao mesmo tempo sugere-se que essa perspectiva ganha significado nas intermitências entre a perda de direitos dadas no duplo movimento de concentração-centralização x fragmentação das cadeias globais no topo, e, na fragmentação por fusões e aquisições via parcerização e de outras formas, na base, obscurecendo, nesse movimento, as fronteiras entre o trabalho formal e o informal e entre o trabalho e o direito propriamente dito.

É necessário também observar a existência de possíveis encadeamentos das políticas sociais locais com o campo econômico⁴, analisando os seus efeitos ou não. A (des)institucionalização dos sistemas de seguridade social, principalmente nas áreas sociais e educacionais voltadas para este segmento social, reflete a política econômica, embasada pela ideologia neoliberal, onde se denota a volta de práticas clientelistas, do primeiro-damismo e da refilantropização nos serviços sociais básicos. Tal análise se faz importante devido aos resultados de tais programas ou políticas locais quanto à sua eficácia e da sua subsequente efetividade, que possui uma intrínseca relação com as estratégias de sobrevivência e/ou subsistência implementadas pela juventude tardia, que faz parte do grande exército de “invisíveis” sociais (ALMEIDA, 2001, p.61).

Para enfrentar essa problemática, propõe-se apreender o movimento que modula a relação entre desigualdade, pobreza e exclusão, traçando uma linha crítica que, enquanto valoriza as análises objetivas, centra-se no signo subjetivo⁵. A opção primordial por esse registro de investigação funda-se na suposição de que a marginalidade desses estudos joga os subalternos e os desfavorecidos (sobretudo a juventude tardia⁶) na invisibilidade do mundo, operando o esquecimento de que a ordem atual depende da destituição dos pobres para se perpetuar.

Nosso objetivo central foi levantar dados sobre o perfil desta juventude pertencente às classes mais subalternas, principalmente na região do semi-árido norte-mineiro, não esquecendo todas as suas peculiaridades, avaliando não só a sua situação de vulnerabilidade sócio-econômica, como também o seu modo de vida diante do cotidiano na qual está inserida. O nosso recorte para este estudo foram os jovens entre 15 a 24 anos – aqueles que se incluem na juventude média - nisto, incluem-se a sua inserção aos programas sociais locais⁷, ao mercado de trabalho formal e

⁴ Os encadeamentos da política social e o campo econômico podem ser classificados como “para frente” e “para trás”, positivos e negativos. Logicamente, para as políticas públicas serem de maior eficácia e, posteriormente, efetivas, é necessário uma atenção mais especial com os encadeamentos positivos, e seus posteriores efeitos na economia local. Um exemplo bastante conhecido e discutido é o do BPC – Benefício da Prestação Continuada – que pode ter um encadeamento positivo, por ser um programa, de égide federal, de transferência de renda, que tem efeitos na economia local, principalmente nos pequenos municípios brasileiros. Porém, pode ter um encadeamento negativo, por ser um programa onde o critério de elegibilidade altamente rigoroso, dando caráter focalizado ao atendimento nos casos de extrema pobreza, resultando, assim, um aumento geométrico no contingente de miseráveis.

⁵ A subjetividade possui o objetivo de analisar as particularidades deste segmento social em estudo, diferentes de outras classes, segmentos sociais ou de contingentes populacionais de outras faixas etárias.

⁶ Termo usado da juventude pobre que só tem a sua cidadania e identidade reconhecida, quando se insere no mercado subalterno de trabalho. A adjetivação “tardia” dá a conotação de uma juventude não vivenciada de fato pelos mesmos, que com a inserção neste mercado, queimam esta etapa na sua vida cronológica, tornando-se adultos precocemente.

⁷ Os programas locais englobam as três esferas governamentais, principalmente as de parcerias entre os governos municipais e federal.

informal (sobretudo ao fluxo migratório a que são submetidos à procura de trabalho⁸), bem como o seu recrutamento nas ocupações “mal-definidas”⁹.

Tal objetivo se concretiza de fato, na revelação de estratégias de sobrevivência e subsistência – e a sua relação ao consumo – desta juventude tardia, muitas vezes assistida por programas e projetos sociais que reforçam a inserção precária desta coorte¹⁰.

Os objetivos específicos são: (a) Conhecer a realidade e o perfil da juventude *tardia* e elegível dos projetos e programas sociais locais; (b) Conhecer as astúcias, os objetivos e os resultados esperados (e de sua efetividade¹¹) das políticas sociais, programas e projetos pontuais implementados com a juventude na região do semi-árido, bem como os seus possíveis encadeamentos com o campo econômico local (PEREIRA, 2002, p.33); (c) Conhecer os percursos e as estratégias de sobrevivência e subsistência desta juventude no quadro atual e dual do emprego Xdesemprego, não esquecendo a sua relação com o consumo; (d) Possibilitar a mediação teórico-prática através do conhecimento obtido neste trabalho.

Os instrumentos desta pesquisa, além de um roteiro de entrevista estruturado e individual, onde 96 jovens que estão ou que já foram inseridos por 3 programas locais de capacitação e ingresso para o mercado de trabalho nos dois municípios, de faixa etária entre 16 a 24 anos, entre o 2º semestre de 2005 e o ano de 2006. Os programas locais são: Jovem Patrulheiro (28 jovens - Janaúba-MG) e Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (37 jovens - Janaúba e 31 jovens - Nova Porteirinha). O programa local “*Jovem Patrulheiro*” é mantido pela iniciativa privada local, cuja a entidade mantenedora é a ACIJAN – Associação Comercial e Industrial de Janaúba em parceria com outras entidades, como a Loja Maçônica do Vale do Gorutuba e o Rotaract. No momento da pesquisa de campo, tal programa tinha em seus cadastros 41 jovens, porém apenas os entrevistados possuíam uma certa assiduidade ou que ainda mantêm ligação com o projeto após o desligamento¹². O projeto “Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano”¹³ constitui um dos inúmeros programas sociais “verticais” do Sistema Único de

⁸ Muitos jovens – acima dos 16 anos – principalmente nas épocas de seca e estiagem, são recrutados como forma de mão-de-obra barata e precária para ingressar no exército de cortadores de cana (bóias-frias) nos estados de São Paulo e Paraná. Os que ficam, muitas vezes são recrutados para as lavouras de banana, principalmente no Vale do Rio Gorutuba, que agrega os municípios de Janaúba, Nova Porteirinha e Jaíba – localizados na região norte de MG.

⁹ A inserção no tráfico de drogas e/ou no crime organizado.

¹⁰ Termo retirado no campo da saúde que significa apenas a parcela que interessa ao estudo de uma população ou de um segmento social.

¹¹ Contemplam-se de fato as expectativas do público-alvo, ou, como na maioria das vezes, a visibilidade social de tais programas é de natureza ilusória.

¹² Alguns jovens, que já foram desligados pelo programa “Jovem Patrulheiro”, ainda mantêm vínculos com a entidade executora (ACIJAN) na esperança de serem realocados para o mercado formal de trabalho. O que nunca ocorre de fato, segundo relatos dos mesmos. O programa atende jovens de 14 a 18 anos incompletos. Os melhores alunos, quando desligados, podem ser inseridos no mercado formal de trabalho local nas empresas conveniadas, o que não ocorreu até então segundo relatos dos próprios jovens.

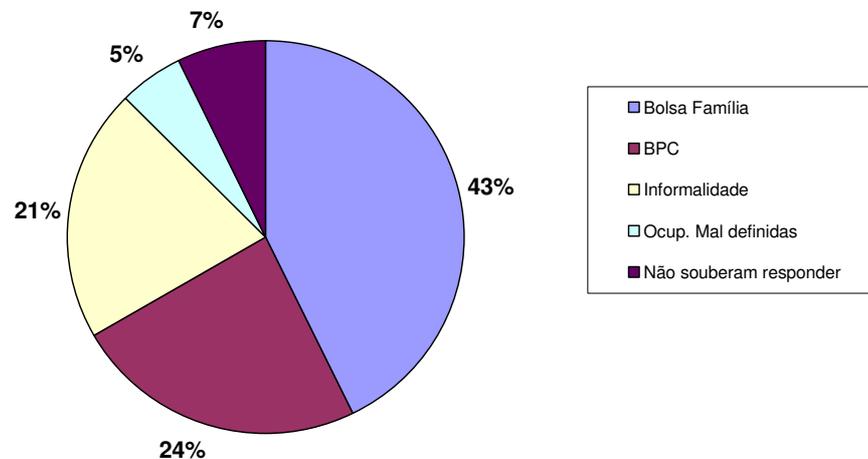
¹³ O projeto faz parte do pacote dos programas sociais do Governo Federal, que faz parte do SUAS, e tem como público-alvo atender jovens na faixa etária de 15 a 17 anos completos, em situação de vulnerabilidade social (que, prioritariamente, estejam fora da escola; que participem ou tenham participado de outros programas sociais (medida que dá cobertura aos adolescentes e jovens oriundos de outros Programas, como o da Erradicação do Trabalho Infantil, também promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; que sejam egressos ou que estejam sob medida protetiva ou socioeducativa; oriundos de Programas de Atendimento à Exploração Sexual Comercial de menores; 10% das vagas de cada município são necessariamente destinadas a adolescentes portadores de algum tipo de deficiência.). Possui dois objetivos cruciais: capacitar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; desenvolver ações que facilitem a integração e interação dos jovens, quando da sua inserção no mundo do trabalho; garantir a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover a

Assistência Social – SUAS, gerenciados pela égide federal através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e executados “terminalmente” pelas prefeituras dos municípios que correspondem tal implementação deste projeto de acordo com os indicadores sociais mínimos necessários.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Seguindo o cronograma proposto pelo trabalho e os objetivos já especificados anteriormente, o que se observou é que há um grande estado de vulnerabilidade socioeconômica não só destes jovens, mas de suas famílias, em que sua maioria está cadastrada pelos programas locais “verticalizados” do governo federal (PETI, Bolsa-Família ou BPC)¹⁴. A baixa escolaridade também é notada, e é um reflexo do grau de instrução dos pais, onde em todas as entrevistas foi constatado que os mesmos ocupam profissões elementares¹⁵ inseridos no mercado informal ou no desemprego estrutural¹⁶ – totalmente “invisíveis” para o mercado de trabalho local. A renda familiar não chega a superar a 1,5 SM, e grande parte da fonte vem dos programas de transferência de renda dos programas verticalizados já descritos. O gráfico abaixo mostra as fontes da renda familiar destes jovens (Gráfico 1):

Gráfico 1: Fonte da Renda Familiar - Jovens do Gorutuba (2005/2006)



Fonte: Entrevistas com os Jovens do Gorutuba – 2005/2006

integração do jovem à família, à comunidade e à sociedade; desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil; entre outros.

¹⁴ Os programas sociais advindos do Cadastro Único do Governo Federal são implementados de cima para baixo, implementados e planejados na esfera federal e executados terminalmente pela esfera municipal. Tal “verticalização” é produto da centralização dos recursos para tais programas, o que coloca em risco a eficácia e a efetividade dos mesmos.

¹⁵ Profissões elementares como garçons, pedreiros, serventes de pedreiro, motoristas, chapas de caminhão, domésticas, etc; porém todos na informalidade.

¹⁶ Grupos que são descartáveis para o capital. Não possuem emprego formal e informal, vivem em sua maioria dos programas verticais de transferência de renda, ou estão em ocupações “mal-definidas” ou, segundo relatos de alguns jovens, pertencem à população carcerária (12 dos 96 jovens entrevistados).

Outro fator que denota a vulnerabilidade presente nesta juventude é oriundo do histórico de suas famílias. Dos 96 jovens entrevistados, apenas 14 relataram que suas famílias são originárias da região do Vale do rio Gorutuba. O restante é oriundo dos municípios limítrofes aos dois já mencionados, e que não são beneficiados pelos projetos de irrigação da bacia hidrográfica do Gorutuba, mantidos pela CODEVASF¹⁷, que alavancou o desenvolvimento e o potencial agropecuário da região.

Um dado interessante, ainda sobre este fato, é a criação e origem do município de Nova Porteirinha-MG. Por se tratar de uma conurbação interiorana, onde o que separa os limites municipais das duas cidades é o rio Gorutuba, na década de 70, com o desenvolvimento dos projetos de irrigação da CODEVASF¹⁸, muitas famílias provindas de Janaúba e de outros municípios se constituíram em colonizações agrícolas. Mas com a estiagem prolongada ocorrida na época, e com o aumento crescente da miséria local, algumas destas flageladas pela seca passaram a habitar a porção oriental do leito do rio Gorutuba, que nesta época era apenas um distrito do município de Porteirinha-MG, distante 35 km da sede, denominando-se de Nova Espanha. Com a emancipação na década de 90, o município depende majoritariamente dos serviços de Janaúba, onde as duas sedes municipais são separadas apenas por uma ponte de 50 m que atravessa o rio. Muitos habitantes nova-porterinhenses possuem históricos familiares de fuga pelo flagelo da seca, tão comum no semi-árido norte-mineiro. O que se constata também dos índices de exclusão de Nova Porteirinha serem mais baixos que Janaúba (POCHMANN & AMORIM, 2003, p.139-160).¹⁹

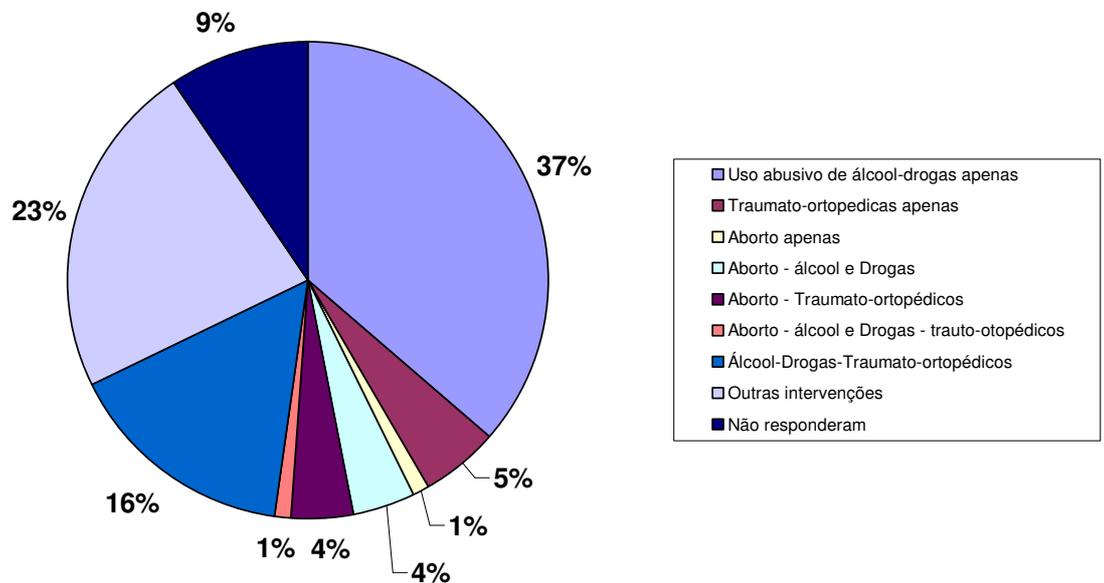
Sobre o acesso ao álcool, ao tabaco e às drogas, há alguns dados que não podiam ser pormenorizados. Das 96 entrevistas, 64 já tiveram acesso ao álcool, 58 já fizeram ou fazem uso de tabaco e 48 fizeram ou fazem uso de drogas ilícitas (onde o que predomina é a maconha). Quanto às condições de saúde, o que foi evidenciado é o grande número de históricos de internações e passagens pelos serviços locais de emergência por causa de uso abusivo de álcool e drogas, intervenções de natureza traumato-ortopédicas e de abortos mecânico e medicamentoso (Gráfico 2). Este último foi observado pelo histórico de 10 jovens do gênero feminino, das 35 coletadas, em que a maioria das concepções foi oriunda no meio intrafamiliar. Os problemas traumatológicos-ortopédicos provêm de violência dentro de meio familiar, brigas de turmas ou gangues de rua ou por autoridade policial.

¹⁷ Companhia de Desenvolvimento do Vale do rio São Francisco. O rio Gorutuba, embora não seja um dos afluentes do rio São Francisco – distante 95 km – pertence a sua bacia hidrográfica.

¹⁸ Projetos de irrigação para a montagem de colonizações agrícolas para o desenvolvimento da cultura de hortifrutigranjeiros – com ênfase para o plantio da banana.

¹⁹ Segundo Pochmann & Amorim (2003, p.139-160), dentre os 5507 municípios brasileiros, Janaúba-MG ocupa o 2967º lugar, enquanto Nova Porteirinha-MG ocupa o 3648º. Em termos de exclusão social, Nova Porteirinha, devido ao seu lugar, possui os piores índices.

Gráfico 2: Tipologia dos históricos de intervenções nos serviços locais de emergência dos Jovens do Gorutuba - 2005/2006



Fonte: Entrevistas com os Jovens do Gorutuba – 2005/2006

A CONCEPÇÃO DE TRABALHO, A ILUSÃO DO PRIMEIRO EMPREGO E A INSERÇÃO PELO CONSUMO

A concepção destes jovens quanto ao termo “trabalho” se relaciona aos termos “sustento”, “castigo” ou “utilidade”. Não colocam o termo proposto nas entrevistas como algo que os identificam como seres e atores sociais. E todos – sem exceção –, inclusive aqueles que já se desligaram dos projetos descritos, ainda não conseguiram ingressar formalmente no mercado de trabalho local e nem prosseguir com os estudos no sistema oficial de ensino e embora ambos os projetos sociais tenham em seus objetivos o preparo e o ingresso para o mercado de trabalho, há uma boa distância entre aquilo que é proposto e o que é feito. Quanto ao projeto “Jovem Patrulheiro”, a capacitação não ocorre, segundo relatos dos jovens inseridos, e o que ocorre é apenas o ingresso em forma de estágio a partir dos 14 anos, e de forma precária, na prestação de serviços como contínuos ou de “office-boys”. O desligamento do programa é feito a partir dos 18 anos, e os melhores poderão ser reaproveitados, com a promessa do ingresso formal às empresas inscritas pelo programa. Porém, segundo relatos destes elegíveis, não houve nenhum reaproveitamento. E a maioria destes jovens – quando não ingressam via contravenção penal – ou ingressam informalmente no mercado local, ou migram temporariamente para os estados de São Paulo para trabalhar como “bóias-frias” nos canaviais.

Daí, denotamos o termo “utilidade” na concepção do “trabalho”, pois ele está ligado à inserção deste jovem ao consumo. A identificação para estes jovens não é a sua inserção no mercado “ilusório” de trabalho, e sim a possibilidade de consumir; para isto, a inserção para aquilo que dê qualquer tipo de provento, não importando a natureza e sua periodicidade, é a chave central para a nossa análise. Muitos jovens que se desligaram dos programas já descritos relataram que só vêm a “utilidade” do trabalho, ou em qualquer atividade que lhes forneçam qualquer tipo de provento, para consumir ou adquirir bens como, por exemplo, motocicletas,

bicicletas, calçados e vestuários; ou seja, tudo aquilo que – mesmo ilusoriamente – os fazem sentir fora da condição de “vulnerável”, ascendendo socioeconomicamente. O caminho destes jovens, na maioria das vezes, ou são os canaviais ou a contravenção penal.

Quanto à eficácia e à efetividade dos programas, o que foi constatado é o que já foi descrito e discutido em muitas referências bibliográficas que levantam o tema juventude X trabalho. Os objetivos, tanto de um quanto do outro, nem sequer são contemplados, e o mesmo ocorre com as expectativas de seu público-alvo. Os jovens que estão inseridos – e também os que já foram e atualmente estão desligados – enumeraram inúmeras falhas que eles colocam como causas primordiais para a não concretização da efetividade de tais programas e projetos nos quais são elegíveis. Veja na tabela abaixo, onde cada jovem poderia enumerar de uma a três causas ou falhas, o que denota a sua multifatoriedade (Tabela 1).

Tabela 1: Causas principais enumeradas pelos Jovens do Gorutuba quanto à efetividade dos projetos nos quais estão inseridos.

Causas principais	Quantidade
Falta de capacitação dos monitores – Falta de boa vontade dos mesmos	53
Má qualidade dos cursos ministrados para a capacitação	41
Ausência de estágio supervisionado	36
A falta de interesses dos jovens elegíveis para os projetos	34
A falta de vagas no mercado de trabalho local	31
A falta de confiança dos empregadores por conta do histórico de atos infracionais de muitos jovens que estão inseridos nos programas.	28
Não souberam responder	5
Fonte: Entrevistas com os Jovens do Gorutuba – 2005/2006.	

Os projetos sociais já citados têm todo o seu trabalho comprometido, devido não só às falhas colocadas pelos jovens, mas pelo descompromisso e falta de gerenciamento dos mesmos. Segundo Tenório (2002, p.29), muitos projetos sociais tendem ao fracasso coletivo quando não se faz um diagnóstico completo de sua população-alvo. Quanto à falta de capacitação dos monitores, isto é evidenciado de fato pela grande ocorrência de ausência dos mesmos. Segundo relatos da maioria dos jovens, em especial daqueles que estão inseridos no projeto “*Agente Jovem...*”, há momentos em que os jovens ficam na sala de aula ou de reunião – horas a fio – sem que nenhum monitor comparecesse. A má qualidade dos cursos, também relatada como uma das causas, se deve principalmente devido a descontinuidade, a desarticulação e a limitação de tais conteúdos repassados para estes jovens. Por exemplo, nos cursos de informática (no projeto “*Jovem Patrulheiro*”), há turmas onde foram ministradas mais de 10 aulas, e ainda estão no conteúdo de “*Introdução a Informática*”, enquanto há turmas onde há uma desarticulação entre os conteúdos e uma total descontinuidade dos mesmos. Tais ocorrências já são bastante citadas em outras referências, como já citavam Leal, Matos & Sales (2004, p.137) quando colocam as mesmas causas no projeto “*Serviço Civil Obrigatório*”, gerenciado pela ONG Viva Rio, na região metropolitana do Rio de Janeiro.²⁰

²⁰ O projeto social “*Serviço Civil Voluntário*” segue os mesmos objetivos do projeto “*Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*” do Governo Federal, porém com uma diferenciação quanto ao seu público-alvo: jovens entre 18 a 21 anos, que já pertenceram a algum programa do governo federal, residente em favelas ou periferias, com carência socioeconômica comprovada e que tenha sido dispensado pelo serviço militar obrigatório. Segundo a entidade executora do projeto – a ONG Viva Rio, que possui também a parceria da Fundação Roberto Marinho, Fundação Bradesco e Fundação Petrobrás, o objetivo crucial do projeto é tirar o enorme contingente de

Porém, um dado denotou uma certa atenção: a causa citada “*A falta de confiança dos empregadores por conta do histórico de atos infracionais de muitos jovens que estão inseridos nos programas*” demonstrou uma certa preocupação com a discriminação desvelada, que é ainda reforçada pelos próprios dirigentes e monitores dos projetos apresentados (segundo relatos dos próprios jovens), o que dificulta as parcerias com a iniciativa privada local para a formalização de fato na capacitação e ingresso ao primeiro emprego. A situação é pior entre os jovens elegíveis pelo “Agente Jovem...”, pois dos 68, 27 possuem históricos de atos infracionais, e lógico, foram encaminhados para o programa via Vara da Infância e Juventude da Comarca de Janaúba-MG. Mesmo aqueles que não possuem tal histórico, são estigmatizados pelo fato de pertencerem a um projeto que elege tais jovens com esta situação de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou de explicitar algumas questões sobre um segmento populacional, que, por características sócio-biológicas importantes, deveria estar preparada para o seu primeiro ingresso ao mundo do trabalho. O intuito deste estudo era de tentar desvelar como os projetos e programas sociais concebem a juventude que ela elege para a assistência, e de como estes jovens elegíveis se vêem na expectativa do atendimento de suas demandas sociais e na construção de sua identidade, necessária para a existência do seu protagonismo e de concepção de classe na sua futura inserção no mundo do trabalho (NOSELLA, 2004, p.17).

Percebe-se que este estudo, preliminarmente, nos revelou que é incipiente a atuação sócio-assistencial de tais programas e projetos, cuja eficácia e efetividade sequer são concretizadas e posteriormente avaliadas, ou seja, a ação não está de fato em sintonia com os usuários de seus serviços. Não romperam a dimensão da singularidade, e executam apenas as ações imediatistas e inócuas, que não farão efeitos de fato na melhoria dos indicadores sociais locais.

A dimensão emancipatória – principalmente do projeto “*Agente Jovem ...*” – fica presente apenas no discurso, é voltada para finalidades particulares e não universalistas. Pressupõe, então, que as entidades executoras não conseguem transformar suas ações no campo socioeconômico, que têm como intuito a realização de encadeamentos positivos entre tais projetos e programas sociais com a economia local (PEREIRA, 2002, p.30).

Um dos pontos centrais para a falha de tais programas e projetos quanto ao seu público-alvo, que podemos colocar, é a ausência de protagonismo e de uma identidade para a juventude local, embora os dois projetos já citados tenham em seus objetivos *a promoção e a construção do protagonismo juvenil e o fortalecimento da cultura local*. Observa-se a cada ano uma perda gradual dos costumes e da cultura local gorutubana e, junto com este fenômeno, uma grande corrente migratória de jovens para a região dos canaviais paulistas, formando um exército de subalternos e precários. Um funcionário de uma das prefeituras, que trabalha diretamente com estes jovens, relatou da seguinte forma, em uma das incursões desta pesquisa no campo, quais os possíveis destinos para estes jovens na região do Vale do Gortuba: “*Canavial, ficar à toa ou cadeia! Na época da seca, os bons de espírito vão cortar cana! Os imprestáveis ficam aqui para engrossar o coro, que canta cada vez mais alto, o quanto que nós somos incompetentes!*”

jovens nas mãos do crime organizado, além de capacitá-los para a sua inserção no mercado de trabalho, o que não ocorreu de uma forma efetiva até então.

Conclui-se, antes de mais nada, que para acabar com esta sensação de fracasso coletivo, há a necessidade de uma maior participação da juventude elegível para tais programas e projetos sociais, com a total descentralização, principalmente de seus recursos. Os conselhos municipais da juventude são o primeiro passo disso, embora muitos fiquem apenas no plano da existência, sem nenhum poder de decisão, de formulação e implementação das políticas locais, como em Janaúba-MG. As demandas são muitas, e a tarefa de colocar tal massa juvenil no mercado de trabalho é dificultada, pois a crise do capitalismo atual pós-moderno não é conjuntural e sim estrutural, que não é do trabalho ou do trabalhador, e sim do próprio *modus operandi* capitalista. Os projetos e programas sociais já descritos só ajudam a refuncionalizar a miséria dentro deste novo contexto da reestruturação produtiva. Os *subalternos* já deixaram de ser parte do exército de reserva, estão em uma espécie de *limbo* – sem a concepção de classe, sem identidade, à margem do novo processo produtivo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.H.T. “A relação igualdadeXdesigualdade – um sonho em eclipse” In: SERRA, R. (org) “Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens”. PETRES – FSS/UERJ. Cortez Ed., São Paulo – Rio de Janeiro, 2001.
- BELLONI, I. “Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas”. Questões de Nossa Época. Cortez Ed. V 75. São Paulo, 2000.
- BEHRING, E.R. “Política Social no Capitalismo Tardio. 2º ed. São Paulo: Cortez Ed., 2002;
- CASSAB, M.A.T. “Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza.” Niterói/RJ, Intertexto, 2001.
- COHEN, E. , FRANCO, R. “Avaliação de Projetos Sociais”. Editora Vozes, 5ªed. Petrópolis-RJ, 1993.
- GRESS/MG- 6ª Região . “Coletânea de Leis: um guia completo e atualizado dedicado ao assistente social”. Gestão 1999/2002. Belo Horizonte/MG, maio de 1999.
- DINIZ, A . , CUNHA, J. R. “Visualizando a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente”. Ed. Kroart. Rio de Janeiro, 1998.
- FREITAS, M.V. , PAPA, F.C. “Políticas Públicas: Juventude em Pauta”. Cortez Ed. 1ºed. RJ, 2003;
- HUGO, V. “Os Miseráveis”. Hemus Ed. São Paulo, 516p., 1979.
- IBGE. Dados Estatísticos – Síntese dos Indicadores Sociais 2000(abril/2001).
- LEAL, M.C., MATOS, M.C., SALES, M. A.(orgs.), “Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos”. FSS/UERJ, Cortez Ed. São Paulo, 2004.
- MPAS/SEAS “Guia de Capacitação do Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano”. Brasília-DF, Dezembro de 2000, 31p.

- NETTO, J.P. “Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”. Cortez Editora, 4ªed., 1998.
- NOSELLA, P. “A escola de Gramsci” . Cortez Ed. 3ª edição versão atualizada, São Paulo, 2004.
- PEREIRA, A.P.P. , “Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais”. Cortez Ed., 2ª edição, São Paulo, 2002.
- POCHMANN, M., AMORIM, R. (orgs.) “Atlas da Exclusão Social no Brasil”, 2ª ed. Cortez Ed., São Paulo, 2003.
- RICO, E.M. (Org.) “Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate.” Cortez Ed., Instituto de Estudos Especiais-PUC/SP. São Paulo, 2001.
- SILVA, H.R.S. , MILITO, C. “Vozes do Meio Fio: Etnografia” Ed. Relume Dumará. Rio de Janeiro, 1995;
- SPOSATI, A . , FALCÃO, M.C. .“A assistência social brasileira: Descentralização e municipalização”. Educ-PUC/SP, 1988.
- TENÓRIO. F.G. (org.) . “Gestão de ONGs: Principais Funções Gerenciais”. 6ª ed. Fundação Getúlio Vargas ed., Rio de Janeiro. 2002.
- UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA – Superintendência de Extensão. “Medidas Sócio-Educativas na Região Norte ...em busca de um projeto de vida” . Belém-PA, dezembro de 2001.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pólo da Infância e Juventude/FSS. “Diagnóstico da Infância e Juventude de Juiz de Fora: Formando raízes” Junho de 2001.
- YASBECK, M. C. “Classes subalternas e assistência social” .Cortez ed. 3ªed.São Paulo, 1999.